

# Narrativas turísticas de paisagens escravistas: práticas de memória na interpretação do patrimônio cultural do Vale do Paraíba, SP<sup>1</sup>

Tourist narratives of slavery landscapes: practices of memory on the interpretation of the Paraíba River Valley cultural heritage (Vale do Paraíba, SP, Brazil)

<https://doi.org/10.11606/1982-02672023v31e19>

CLARISSA MARIA ROSA GAGLIARDI<sup>2</sup>

<https://orcid.org/0000-0001-7951-0748>

Universidade de São Paulo / São Paulo, SP, Brasil

**RESUMO:** O texto analisa as narrativas turísticas como práticas de memória, discutindo sua relevância no reconhecimento do papel dos negros escravizados na construção social de cidades históricas brasileiras e seus patrimônios. O estudo se concentra no Vale Histórico, localizado entre Rio de Janeiro e São Paulo, cuja história esteve marcada pela lavoura cafeeira e pela presença maciça de escravizados africanos e seus descendentes no século XIX. A partir da análise de visitas oferecidas em fazendas cafeeiras convertidas para uso turístico, observa-se como a instituição da escravidão, a presença e a individualidade dos escravizados são minimizadas ou invisibilizadas nestes programas turísticos, não obstante a extensão, a produtividade e o contingente de negros escravizados tenham sido enormes nessa região. O trabalho é um recorte dos resultados da pesquisa *Turismo, Patrimônio e Desenvolvimento Social no Vale Histórico Paulista*, desenvolvida na Universidade de São Paulo e financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).<sup>3</sup>

**PALAVRAS-CHAVE:** Narrativas turísticas. Escravidão. Negros. Memória. Representação.

**ABSTRACT:** This text analyzes the tourist narratives as remembrance practices, discussing their relevance in the acknowledgement of the role of the enslaved African population in the social construction of Brazilian historical cities and its heritage. The present study is concentrated on the Historic Valley, located between Rio de Janeiro and São Paulo, whose history is marked by

1. Agradeço aos pareceristas que aprovaram a publicação deste artigo pelas importantes recomendações que permitiram que o texto assumisse a versão aqui apresentada.

2. Doutora em ciências sociais (sociologia) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e mestre em gestão e valorização de centros históricos pela Università La Sapienza di Roma. É coordenadora do Curso de turismo e professora do Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo da ECA-USP e do Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia da USP (PPGMus). E-mail: clarissamrg@usp.br.

3. Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pelos recursos que financiaram o projeto "Turismo, patrimônio e desenvolvimento social no vale histórico paulista", desenvolvido no vale histórico entre 2016 e 2021, associando ações de pesquisa, ensino e extensão. Uma síntese dos resultados obtidos pode ser conferida no e-book *Turismo no vale histórico paulista: debatendo experiências integradas de ensino, pesquisa e extensão*.

the coffee plantations and the massive presence of enslaved Africans and their descendants in the 19th century. By analyzing visits offered by coffee farms converted into tourist sites, it can be observed how the slavery institution and the presence and individuality of the enslaved are either minimized or invisibilized in these tourist programs, notwithstanding the extension, the productivity and the number of enslaved Africans being enormous in this region. The work is related to the project *Tourism, Heritage and Social Development in the Paulista Historic Valley, São Paulo*, developed at the University of São Paulo and funded by the National Council for Scientific and Technological Development - CNPq.

KEYWORDS: Tourist narratives. Slavery. Africans Remembrance. Representation.

## INTRODUÇÃO

São crescentes os estudos sobre objetos e discursos relacionados a heranças difíceis e sua patrimonialização. As abordagens são diversificadas,<sup>4</sup> e opera-se com vasto instrumental teórico<sup>5</sup> desde o plano histórico-cultural e social até o campo da psique, indicando a saída da memória do domínio da história e dos historiadores. A emergência das novas nações no século XX fez com que o culto às memórias heroicas fosse suplantado pelas memórias traumáticas relacionadas ao fim das guerras e dos impérios colonialistas. Novos conceitos surgiram relacionados à dimensão do psíquico, como o trauma, os eventos de impacto e os sofrimentos históricos.<sup>6</sup> À mirada para o passado que caracterizou o pós-modernismo em sua revisão sobre a violência excessiva, as injustiças e os sofrimentos que marcaram as nações do século XIX, Huyssen contrapõe o olhar e a energia empenhados para o futuro, como força motriz da cultura modernista, valendo-se, para isso, da noção de "futuros presentes" de Reinhart Koselleck.<sup>7</sup> A partir dos anos 1960, novos discursos de memória emergem na esteira da descolonização e dos novos movimentos sociais revisionistas, tendência energizada pelo amplo debate acerca do Holocausto, chamando a sociedade para uma tomada de responsabilidade na construção de novas formas de lembrar. Assim, a memória cultural não é só um termo teórico, mas está conectada a uma mudança muito profunda de temporalidade ocidental e sensibilização política, perspectiva reforçada também por Jan e Aleida Assmann.<sup>8</sup> Huyssen diz que a circulação global do Holocausto certificou seu uso como um prisma através do qual podemos olhar para outras instâncias de genocídio: "a memória global e local do Holocausto entrou em novas constelações que imploram para serem analisadas caso a caso".<sup>9</sup> O autor exemplifica tais reverberações nesse sentido, como a busca pelos desaparecidos nas ditaduras militares na América Latina, e a Comissão da Verdade e Reconciliação na África do Sul pós-apartheid, numa evidência de que a difusão geográfica da cultura da memória é tão ampla quanto os usos políticos da memória são variados, oscilando de uma mobilização de passados para apoiar políticas fundamentalistas a tentativas de se criar esferas públicas de memória que se oponham às políticas de esquecimento.<sup>10</sup> Em contraste com o futuro privilegiado pelo século XX, os crescentes processos de musealização e restauração historicizante de centros urbanos e a proliferação de museus se enquadram nesse movimento obsessivo e neurótico, para usar metáforas psicanalíticas, pelo retorno ao passado, representando uma cultura de memória difusa que figura em grande parte como um marketing de memória bem-sucedido, mas que em alguns lugares assume uma dimensão política importante. Uma ótima simplificação de Huyssen para explicar estes movimentos é que "o passado está vendendo mais que

4. Roediger e Wertsch (2008).

5. Olick e Robbins (1998).

6. Assman (2013).

7. Koselleck (1985 *apud* Huyssen, 2000).

8. Assmann *op. cit.*

9. *The global and the local of Holocaust memory have entered into new constellations that beg to be analyzed case by case* (HUYSSSEN, 2000, p. 24).

10. *Ibid.*, p. 26.

11. *The past is selling better than the future* (HUYSEN, 2000, p. 30).

12. *"There is no pure space outside of commodity culture, however much we may desire such a space. Much depends, therefore, on the specific strategies of representation and commodification and on the context in which they are staged"* (HUYSEN, 2000, p. 29).

13. Ricoeur (2007).

14. *Ibid.*, p. 455.

15. UNWTO. Dados referentes ao fluxo turístico internacional de 2018 divulgados pela Organização Mundial do Turismo em 2019. Preferimos as estatísticas de 2019 em virtude da queda atípica do movimento mundial de turistas decorrente da pandemia de covid-19 nos últimos anos, ainda não normalizado.

16. Richards (2018).

17. Cf. Grand View Research.

o futuro".<sup>11</sup> De acordo com Huyssen, independentemente das causas sociais e políticas do boom da memória, uma coisa é certa: não podemos discutir a memória pessoal, geracional ou pública separada da enorme influência das novas mídias. Não é mais possível, por exemplo, pensar no Holocausto ou em qualquer outro trauma histórico como uma questão ética e política séria à parte das múltiplas formas de sua mercantilização e espetacularização em filmes, museus, documentários ou canções pop. "Não há espaço puro fora da cultura mercantil, por mais que desejemos tal espaço. Muito depende, portanto, das estratégias específicas de representação e mercantilização e do contexto em que são encenadas".<sup>12</sup>

Partindo dos supostos de que os trabalhos escritos dos historiadores não são os únicos recursos da memória coletiva na representação do passado,<sup>13</sup> de que para além da preservação e da exposição de bens materiais, sua interpretação demanda uma narrativa que traz em si mesma a armadilha da seletividade,<sup>14</sup> e de que o contexto de apropriação mercantil do patrimônio histórico importa na discussão sobre os usos da memória, então devemos olhar para o potencial crítico de outros tipos de mediação. Vejamos em que medida as narrativas construídas para atender ao crescente número de viajantes interessados na interpretação do patrimônio histórico podem ser analisadas nessa chave. Não é desprezível considerar que, dos 1,4 bilhões de turistas estrangeiros que viajam pelo mundo,<sup>15</sup> cerca de 40% se deslocam motivados por visitar, principalmente, museus, monumentos e sítios históricos.<sup>16</sup> De acordo com a consultoria norte-americana Grand View Research, o mercado de "turismo patrimonial" foi avaliado em US\$ 556,96 bilhões em 2021 e deve se expandir a uma taxa de crescimento anual superior a 3,5% até 2030, sendo os destinos com patrimônio cultural titulado aqueles que gozam de maior popularidade entre os viajantes.<sup>17</sup> Na mediação entre visitante e patrimônio, tanto podem ser difundidos e celebrados os heróis, os triunfos da história coletiva, seguindo o padrão de legitimação das construções identitárias consolidado pelos processos modernos de matiz nacionalista, ignorando ou mantendo em silêncio aqueles episódios dissonantes, quanto oportunizar uma ação de cultura pública, imbuída da noção de justiça ao apresentar territórios feridos, propondo leituras plurais e interpretações comprometidas com a busca de memórias eclipsadas pelas grandes narrativas. Esse potencial ambivalente contido nessa mediação, de transformação social e ao mesmo tempo reafirmação de injustiças, encontra-se latente nos programas de visitação às cidades históricas brasileiras marcadas pela escravidão de negros no século XIX, sobre os quais se tratará.

Como argumentam Ashworth e Tunbridge, as cidades históricas não foram criadas para finalidades turísticas, e deveriam ter seu patrimônio preservado independentemente de seus usos. Contudo, o sucesso de sua conservação criou um

problema, fazendo com que o tratamento do patrimônio enquanto recurso econômico seja a principal justificativa para as políticas de preservação.<sup>18</sup> O agravante no caso do patrimônio cultural associado aos negros no Brasil é que, embora 54% da população brasileira se declare negra,<sup>19</sup> a visibilidade e o reconhecimento do seu legado por meio da tutela patrimonial são mínimos, assim como é rara a centralidade de experiências culturais baseadas na etnicidade de matriz negra nos programas de turismo no país, indicando também que o valor dessas experiências culturais parece depender do vigor e do nível de conscientização expressos em suas manifestações presentes. Contudo, observa-se um processo lento e gradual de mudança da narrativa histórica, com novas interpretações dos lugares ganhando espaço e público, o que reforça, para além da enorme importância da visibilidade e do reconhecimento da pluralidade de sujeitos na construção dos lugares, um potencial de mercado ainda ignorado pelos programas oficiais de turismo, nos quais ainda é predominante a narrativa pautada em uma história única. Embora os negros sejam, em grande medida, ainda hoje populações sem fala, sem discurso, sem protagonismo nas narrativas sobre sua própria história, sua memória está inscrita na paisagem à espera de atos que lhe deem vida. Lembramos aqui que a memória cultural é objetivada, exteriorizada e armazenada de forma simbólica, diferente dos gestos e das palavras escritas, podendo com isso transcender e ser transmitida a diferentes gerações. Entendida como uma memória material por Jan Assmann,<sup>20</sup> tais formas simbólicas precisam ser preservadas, circuladas e reincorporadas na sociedade.

Os estudos sobre os usos e interpretações do patrimônio histórico legado pela escravidão no sul dos Estados Unidos são particularmente importantes para se compreender o papel ambíguo dos agentes do mercado de turismo e suas narrativas, na mediação do patrimônio com o público. Jennifer L. Eichsedt e Stephen Small,<sup>21</sup> analisaram como propriedades rurais dos estados de Virginia, Georgia e Louisiana (EUA) inseridas na *plantation museum industry* operam o que os autores traduzem por *symbolic annihilation* ao representar a escravidão, porque desviam e trivializam a instituição da escravidão e a despersonalização de quem trabalhou sob este regime. Estudos mais recentes<sup>22</sup> no entanto, têm matizado tais análises sobre as representações desse patrimônio e discutido novos recursos para interpretá-lo, contribuindo para uma compreensão mais ampla dos interesses dos turistas nas paisagens do sul dos EUA e revelando um potencial importante do turismo para reunir grupos historicamente divididos, tratar criticamente da segregação racial e colaborar com o empoderamento de comunidades, a reparação e a justiça social. Para superar formas de narrar que tradicionalmente invisibilizam e deturpam a experiência da escravidão, porque privilegiam a perspectiva das famílias proprietárias de escravizados, Benjamin e Alderman identificam esforços conjuntos de museus, guias de turismo e gerentes de

18. Ashworth e Tunbridge (2000).

19. IBGE (2021).

20. Assmann (2013).

21. Eichsedt e Small (2002).

22. Benjamin e Alderman (2017), Alderman (2018), Modlin Jr., Alderman e Gentry (2011), Bright *et al.* (2020) e Schumann, Potter e Cook (2021).

23. Benjamin e Alderman (2017).

24. Araújo (2020).

25. *Ibid.*

26. *Slave Voyages*.

27. Alencastro (2010).

28. Dentre a vasta bibliografia dedicada ao estudo do controle senhorial nas *plantations*, vale recordar algumas referências sobre fazendas cafeeiras do Vale do Paraíba como o clássico estudo do brasilianista Stanley Stein, *Vassouras. Um município brasileiro do café, 1850-1900*. O balanço da produção historiográfica sobre a escravidão nas Américas de Rafael de Bivar Marquese, *Factores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. O livro de Flávio José Motta, de 1999, *Corpos escravos vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bana-nal (1801-1829)*. E Slenes: *Na senzala, uma flor. Esperanças e recordações da família escrava - Brasil Sudeste, século XIX*. As produções do Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI) em rede, particularmente os trabalhos de Hebe Maria Mattos e Marta Abreu, dentre as quais o livro organizado por Hebe Maria Mattos Castro e Eduardo Schnoor, *Resgate. Uma janela para o Oitocentos*.

propriedades rurais norte-americanas que estimulam o debate sobre a escravidão por meio de contranarrativas antiirracistas, marcando oposição à supremacia branca.<sup>23</sup> Ana Lúcia Araújo, no seu posfácio "Ghosts of Slavery",<sup>24</sup> faz uma compilação de iniciativas de reconhecimento dos marcos da escravidão em espaços públicos em vários países. A partir do fim dos anos 1990, Araújo observa, além do crescimento dos movimentos de ativistas exigindo ações de reparação em cidades como Barcelona, Liverpool, Bordeaux, Nova York, uma série de ações adotadas para tornar a escravidão visível no meio urbano, como exposições, instalação e/ou identificação de marcos da presença de escravizados nas histórias locais, demarcação de rotas sobre a escravidão voltadas aos turistas, inauguração de placas com homenagens à resistência negra ou publicizando nomes de pessoas envolvidas com o comércio de escravizados, construção de memoriais e a patrimonialização de lugares de memória da escravidão - ressaltando a inscrição na Lista do Patrimônio Mundial pela UNESCO, em 2017, do Cais do Valongo, no Rio de Janeiro, onde quase um milhão de africanos escravizados desembarcaram.<sup>25</sup> Se considerarmos o número global de africanos desembarcados no Brasil, os dados são muito mais expressivos. De acordo com Luiz Felipe de Alencastro, diferentemente da contabilização de indígenas e mesmo dos imigrantes, os dados a respeito dos africanos possuem bases muito precisas, em função dos traços contábeis que este comércio deixou, mencionando o *Trans-Atlantic Slave Trade Database (TSTD)*<sup>26</sup> entre os estudos e estatísticas confiáveis sobre o tema. A credibilidade das fontes torna incontestável o fato de o Brasil ter sido o país do continente que mais recebeu africanos escravizados, aproximadamente 5 milhões, o que perfaz 44% do total desembarcado nas Américas, sendo o Rio de Janeiro fundamental. Como comparativo, os EUA receberam 5,5% dos cerca de 11 milhões de africanos deportados e chegados vivos nas Américas.<sup>27</sup>

Uma das zonas para onde afluiu boa parte dos negros desembarcados no Valongo para serem escravizados nas lavouras de café, o Vale Histórico constitui um caso modelar para se analisar como a participação dos negros na história social e as representações da escravidão são ainda hoje difundidas aos turistas que visitam a região, não obstante os estudos contundentes já publicados sobre os lugares do Vale que simbolizam a dinâmica daquele regime.<sup>28</sup>

## ECOS DA ESCRAVIDÃO NOS ITINERÁRIOS TURÍSTICOS DO VALE HISTÓRICO

O Vale do Paraíba abrange o leste do estado de São Paulo e oeste do estado do Rio de Janeiro, e seu nome deriva da localização junto à bacia hidrográfica do

Rio Paraíba do Sul. Sua porção paulista abrange 39 municípios agrupados em cinco sub-regiões, sendo o Vale Histórico formado por Bananal, Arapeí, São José do Barreiro, Areias, Silveiras e Queluz. Este conjunto de cidades corresponde à zona econômica mais dinâmica do Império do Brasil na primeira metade do século XIX. Assentada sobre uma população escravizada de africanos importados via tráfico negreiro transatlântico e seus descendentes, a produção cafeeira desta região foi responsável pela metade da oferta mundial de café naquele período.<sup>29</sup> Para justificar o foco nesta região, basta mencionar que na cidade de Bananal, onde a economia cafeeira foi mais pujante e cuja produção mais se assemelhou ao modelo da *plantation*, em 1817 havia apenas 84 lavradores e 886 cativos, e em 1872 sua população escrava alcançou 8.281 pessoas, perfazendo 53% da população local.<sup>30</sup> Embora não seja foco deste texto, vale a pena reforçar a destruição ambiental causada por esta voracidade do café, ainda visível na morraria áspera, nas ravinas e voçorocas que povoam o Vale Histórico. A forma como o café foi explorado nesta região devastou a Mata Atlântica e exauriu a terra, acumulando passivo ambiental ainda enfrentado pelas atuais gerações, configurando a porção mais vulnerável do Vale do Paraíba Paulista às mudanças climáticas.<sup>31</sup>

Diante da baixa rentabilidade da produção agropastoril que se seguiu ao café, o Vale Histórico permaneceu à margem do desenvolvimento dos grandes centros urbanos, de modo que nas últimas décadas passam a ser empreendidas ações de desenvolvimento turístico a partir dos suportes culturais locais<sup>32</sup> como forma de reinserção econômica e de recuperação do capital simbólico<sup>33</sup> representado pelo patrimônio legado pela elite cafeeira. Parte destes bens foi tombada pelos órgãos patrimoniais,<sup>34</sup> mas muitas evidências materiais da vida social neste período desapareceram, notadamente quase todas as senzalas destinadas aos escravizados da lavoura. Entre 2011 e 2015 um inventário integrado ao projeto *Patrimônio Cultural do Vale Histórico Paulista: análise da vulnerabilidade às mudanças climáticas*<sup>35</sup> registrou 195 construções do período cafeeiro no Vale Histórico, das quais 40% correm risco de desabamento e cerca de 30% precisam de algum tipo de reparo. Ou seja, trata-se de registros materiais que, deixados às intempéries, seguem arriscados de desaparecimento. Assim que algumas frentes de reconhecimento da herança do povo escravizado têm se assentado no patrimônio imaterial, desprezado pelos cupins. Um exemplo analisado por Mattos e Abreu<sup>36</sup> é o significado do reconhecimento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 2015, do Jongo, forma de expressão associada aos africanos e seus descendentes escravizados no Sudeste. Outros lugares de memória, como espaços de encontro, ritos, celebrações, saberes e modos de produção cultural de matriz africana, ainda são ignorados e estão ausentes dos inventários patrimoniais desta região e, como

29. Cf. Samper e Radin (2003).

30. Marcondes (2001).

31. Devede *et al.* (2014).

32. Conforme já analisado em trabalhos anteriores; cf. Gagliardi (2011).

33. Bourdieu (1994).

34. Na escala federal, foram tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em São José do Barreiro, a casa da Fazenda do Pau D'Alho e, em Bananal, a Sede da Fazenda Resgate, ambos em 1968. Paulo César Garcez Marins analisa o escasso tombamento de exemplares da produção cafeeira do Sudeste, que deteve a maior produção cafeeira durante a República e o Império, com apenas estas duas ocorrências no Vale do Paraíba paulista. Cf. Marins: *Trajetórias de preservação do patrimônio rural paulista: entre ação governamental e práticas sociais*. Na escala estadual, foram tombados pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat), em Bananal: o Sobrado Valim em 1972, a Estação Ferroviária em 1974, a sede da Fazenda Resgate em 1982 e o centro histórico em 1991; em São José do Barreiro: a casa da Fazenda do Pau D'Alho em 1982 e o Cemitério dos Escravos em 1989; em Queluz: o Conjunto da Estação Ferroviária em 2019, o edifício da Escola Cap. José Carlos de Oliveira Garcez em 2010; em Areias: a Casa de Câmara e Cadeia em 1982; Casa do Capitão-Mor e a Casa Vizinha em 1982 e dois sobrados nas ruas 9 de Julho e 15 de Novembro, ambos em 1982; em Silveiras: o Sobrado do Capitão Silveira em 1982 (cf. consulta feita aos ban-

cos de dados das duas instituições em 18 de fevereiro de 2023).

35. Projeto "Patrimônio Cultural do Vale Histórico Paulista: análise da vulnerabilidade às mudanças climáticas". Pesquisadora responsável Silvia Helena Zaniratto (USP) Fapesp - Condephaat. *Revista Fapesp: Por trás das Fachadas*, 2023.

36. Mattos e Abreu (2009).

37. Nora (1997).

38. A entrevista com Solange Barbosa foi realizada por meio de videoconferência, em fevereiro de 2021 e com Guilherme Soares Dias por telefone, em março de 2021. Agradeço a ambos pelos depoimentos. Para mais informações sobre os entrevistados e suas ações: <https://rotadaliberdade.com.br/>; <https://guianegro.com.br/experiencias/>; <https://blackbirdviagem.com.br/quem-somos>.

nos lembra Pierre Nora,<sup>37</sup> a memória segue sendo aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, vulnerável a todos os usos e manipulações.

Para evidenciar a forma como a instituição da escravidão, a presença e a individualidade dos escravizados ainda são minimizadas ou invisibilizadas nas narrativas aqui enfocadas, visitamos algumas fazendas de café do século XIX - em sua maioria refuncionalizadas para uso turístico - localizadas em Bananal, cidade que concentra a maior parte do fluxo turístico de perfil cultural na porção paulista do Vale Histórico. Entre 2015 e 2021 foram realizados oito trabalhos de campo em quatro dos seis municípios do Vale Histórico, envolvendo, além de visitas técnicas, a promoção de fóruns de debate sobre o desenvolvimento turístico junto a diferentes segmentos do setor público, privado e da sociedade civil. Deste conjunto de atividades, foram selecionados os trabalhos de campo realizados especificamente na cidade de Bananal entre 2016 e 2017, nos quais observamos, dentre outros aspectos, os textos e subtextos expressos nas falas de gestores, profissionais do mercado de turismo e proprietários de cinco fazendas do circuito de turismo cultural regional, bem como a seleção de imóveis, mobiliários, documentos e outros elementos dessa cultura material, escolhidos para compor os itinerários de visita às propriedades. Observações similares poderiam ser feitas tomando por base atrativos localizados tanto na zona urbana de Bananal como nas demais cidades do Vale Histórico. O que importa frisar é que essa pequena amostra indica um padrão narrativo recorrente na interpretação deste tipo de patrimônio na região como um todo. Em março de 2021 também foram entrevistados dois profissionais dedicados ao afroturismo e reconhecidos neste mercado ainda incipiente no Brasil: uma consultora da Unesco para a Rota do Escravo e idealizadora da Rota da Liberdade, roteiro de matriz africana oferecido no estado de São Paulo, e o criador do Guia Negro e empreendedor da agência Black Bird.<sup>38</sup> Ambos fazem parte de um grupo crescente de profissionais negros, decididos a construir uma narrativa responsável e autônoma, que tem constituído essa nova prática turística como espaço para autodeterminação e liberdade. Diante de suas experiências pessoais com preconceito em viagens, não identificação com as narrativas museológicas, invisibilidade nos marcos urbanos e no patrimônio oficial e até de desconfiança da legalidade e do profissionalismo nos serviços turísticos por eles prestados, decidem empreender uma nova visão sobre territórios tradicionalmente visitados pelo turismo cultural e exploram circuitos à margem dos percursos cristalizados pela história oficial que obliteram o olhar do visitante. As entrevistas buscaram conhecer a perspectiva destes profissionais negros em sua construção de narrativas e espaços de representação e consumo.



Figura 1a – Casa Sede da Fazenda dos Coqueiros, maio de 2011.

Fonte: Fotografia da autora



Figura 1b – Recepção com a lavagem das mãos dos visitantes, fevereiro de 2011. Foto: H. L. Junior. Disponível no sítio eletrônico da Fazenda dos Coqueiros.

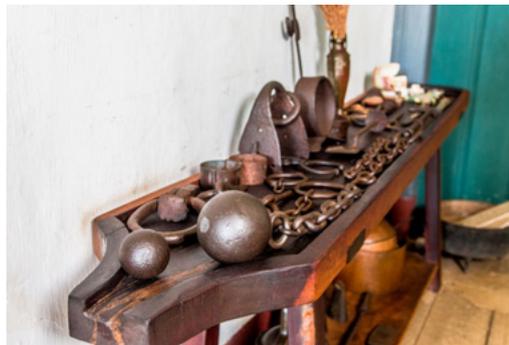


Figura 1c – Objetos encontrados na Fazenda dos Coqueiros, abril de 2021. Foto: Jefferson Gomes Souto

Entre as estratégias discursivas analisadas por Eichsedt e Stephen Small<sup>39</sup> destacam-se os eufemismos adotados nas fazendas norte-americanas administradas por brancos para não se mencionar as palavras escravo ou escravidão. Em certas propriedades visitadas em Bananal, ao contrário, tais palavras são mencionadas com certa facilidade e frequência durante algumas visitas, tanto na mediação oferecida pelos proprietários quanto por seus funcionários. O primeiro exemplo é o da *Fazenda dos Coqueiros* (Figura 1a), datada de 1855 e na qual foram escravizados cerca de 250 negros. O percurso tem início repetindo-se um gesto hospitaleiro dos antigos senhores, um convite para que o turista lave suas mãos com água de lavanda (Figura 1b), como faziam "todos os antigos visitantes" (certamente uma hospitalidade restrita a quem era permitido adentrar a Casa Grande). Nesta

40. Por meio de registros audiovisuais disponíveis na internet nos quais turistas divulgam suas visitas a esta fazenda em anos recentes, observa-se já a presença de um guia preparado para receber os visitantes, relativizando em suas apresentações esse caráter benevolente ao informar que se tratava de uma fazenda dedicada à comercialização de escravizados, muitas vezes traficados ilegalmente. Contudo, percebe-se ainda maior a ênfase na violência, nos castigos e no sofrimento dos escravizados, conteúdo que ocupa boa parte da visita, sugerindo que essa "marca" da fazenda e seus fazendeiros, que se busca então mais evidenciar do que omitir, figura como um "diferencial" num circuito de fazendas muito mais opulentas.

41. Marcondes (2001).

42. Fazenda dos Coqueiros.

mesma antessala já se podem observar diversos objetos encontrados na fazenda, muitos dos quais utilizados para castigar os escravizados, todos dispostos sobre mesas com pouquíssimo suporte explicativo (Figura 1c). Nas visitas realizadas a esta fazenda, a mediação foi feita pelos proprietários, que apresentam cada cômodo da casa em detalhe, enfatizando o mobiliário e as estruturas construtivas. As menções aos escravizados em geral privilegiam aspectos relacionados à violência, como na exibição dos instrumentos de tortura, na explicação sobre a forma como eram utilizados, na apresentação dos espaços onde se escondiam escravizados traficados, na explicação sobre a forma como eram comercializados, na apresentação da senzala destinada aos escravizados domésticos ou ainda na referência aos "escravos tigrados", que seriam assim chamados por terem a pele manchada durante a limpeza cotidiana das fezes e urinas dos senhores. Tudo tratado como "curiosidades" da Fazenda. Os antigos senhores são apresentados como benevolentes, destacando-se uma vultosa doação em ouro feita à Santa Casa de Misericórdia, sua ajuda na reforma da igreja e na construção da Estrada de Ferro de Bananal.<sup>40</sup> Há ainda nesta fazenda uma vertente de "turismo místico", assim chamado pela proprietária à época da pesquisa, quando sugeria que transitava pela casa o espírito de uma antiga escravizada que teria sido enterrada na cozinha. Após observar os vários artefatos alusivos ao sofrimento ao longo da visita - argolas de ferro, senzala doméstica, poço de torturas - poder-se-ia indagar quais seriam as estratégias locais de dominação e controle; afinal, como 250 cativos não se rebelaram contra este senhor, tendo em vista todos os horrores por ele praticados? Mas a abordagem do tema da escravidão e da vida dos escravizados permanece no campo da contemplação passiva dos objetos, quase como um fetiche sádico, sem que a partir deles se discuta aquele regime de trabalho, ações de resistência ou traumas pulsantes até hoje. A visita é permeada por informações superficiais, que apenas tangenciam o tema da escravidão, já que são pinçadas "curiosidades" que podem, no máximo, fazer aflorar algum sentimento de dó e piedade, sem a humanização dos escravizados e sem colocá-los no centro da narrativa como seres indispensáveis para a prosperidade econômica daquela sociedade. Longe de qualquer pessoalidade, os negros ali escravizados não têm nomes, não tem rostos, não possuem características pessoais nem histórias de vida que valha a pena compartilhar com os visitantes. Existem apenas como uma massa cativa sem reconhecimento, não obstante seja conhecido o fato de que entre os cativos era possível encontrar alfaiates, carpinteiros, ferreiros, músicos, sapateiros, doceiras, fiandeiras, parteiras, rendeiras, entre outras especializações.<sup>41</sup> Vale ainda uma observação sobre o "projeto social" anunciado no sítio eletrônico da Fazenda,<sup>42</sup> direcionado para o "cuidado e preocupação com o meio ambiente", um gesto de reparação dos meios físico e biótico que sombreia a dívida do regime escravista para com a população afrodescendente.



Figura 2 – Fazenda Boa Vista, 2022. Foto: Felipe Dias

Um outro aspecto que merece destaque é o fato de as visitas promovidas em todas as fazendas observadas - tanto aquelas abertas à visitação, como a Coqueiros, quanto aquelas convertidas em hotéis, como a Fazenda Boa Vista (Figura 2) - ficarem circunscritas às edificações da casa sede e seus arredores imediatos, perspectiva espacial que impede a visualização da fazenda como um todo e, por extensão, das estrat egias de controle senhorial e das a o es de resist encia escrava constru idas naqueles espaç os.<sup>43</sup> Se no caso da Fazenda dos Coqueiros não temos elementos para conhecer o grau de controle e disciplina necessário para manter 250 escravizados trabalhando para o enriquecimento do senhor, tampouco o temos na *Fazenda Boa Vista*, pertencente ao maior escravista de Bananal, Luciano José de Almeida, que no ano de sua morte, 1854, somava 833 escravizados.<sup>44</sup> Como analisou Santos,<sup>45</sup> certamente muitas estrat egias de controle, dominação e disciplina para o árduo trabalho escravo eram necessárias nessas fazendas do Vale do Paraíba. Neste campo visual, o desaparecimento das senzalas destinadas aos escravizados da lavoura em praticamente todas as fazendas do Vale Histórico prejudica sobremaneira uma narrativa a partir das evidências materiais, deixando o visitante refém das interpretações parciais daquele patrimônio. A partir de registros pictóricos, estudos de mudanç as normativas nas constru o es e na gestão escravista e das *plantations* no Vale do Paraíba e em Cuba, Rafael Marquese oferece análises detalhadas que ajudam a recompor estes cenários dos terreiros e senzalas e sua especificidade construtiva, oferecendo uma compreensão mais apurada dos arranjos arquitetônicos desta e de outras fazendas do Vale do Paraíba na sua rela o  com a otimiza o  do trabalho, o cerceamento da autonomia e o controle dos cativos,<sup>46</sup> aspectos raramente expostos aos visitantes. A Fazenda Boa Vista também permite

43. Santos (2014).

44. *Ibid.*, p. 42.

45. *Ibid.*

46. Marquese (2005).

47. *Ibid.*, p. 174-175.

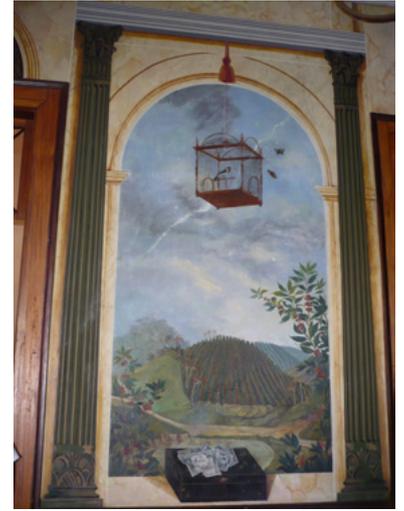
48. Lemos (1999, p. 143).

visitas agendadas para conhecer suas dependências, durante a qual são apresentados pelos funcionários alguns cômodos da casa sede (Figura 2) e os equipamentos do hotel, sem alusão aos escravizados ou à escravidão, não obstante um aspecto de atração especial dos turistas a esta propriedade seja o fato de ela ter servido de cenário para várias telenovelas ambientadas durante a escravidão, comprovadas pelas fotos dos artistas que já estiveram na Fazenda, afixadas nos corredores. Na visita realizada, não houve menção à especificidade das senzalas em quadra, voltadas exclusivamente para o terreiro, pouco encontradas no Brasil oitocentista, mas que existiram ali, conforme apresentado por Marquese.<sup>47</sup> Os funcionários permitiram que fossem observadas as áreas sociais do Hotel sem uma mediação profissional, não havendo suportes de áudio ou textuais por meio dos quais fosse possível obter mais informações. Carlos Lemos sintetiza uma visita à Boa Vista quando diz que

não chega a ser um destino melancólico, mas lá, agora, os visitantes, por maior imaginação que tenham, jamais poderão conjecturar a respeito das atividades ali desenvolvidas outrora enquanto degustam leitoads assadas regadas a cerveja".<sup>48</sup>



Figura 3 – Casa Sede da Fazenda Resgate, maio de 2011. Foto: Clarissa Gagliardi.



Figuras 3a e 3b – Mobiliário da sala de estar da Fazenda Resgate, maio de 2011. Foto: Clarissa Gagliardi.

Figura 3c – Pintura parietal na sala de jantar da Fazenda Resgate, maio de 2011. Foto: Clarissa Gagliardi.

No caso da *Fazenda Resgate* (Figura 3), Rafael de Bivar Marquese analisa de forma exemplar o "caráter disciplinar desta 'cidadela'" a partir do estudo da disposição das edificações e também dos protocolos espaciais que viabilizavam o controle dos cativos na propriedade.<sup>49</sup> A este respeito, cabe ainda destacar a tendência marcante nas visitas turísticas ao Vale Histórico de focar elementos estilísticos e decorativos nas edificações senhoriais como forma de reforçar a distinção, o poder social e político dessa elite escravista. O potencial cognitivo do conjunto de artefatos da Fazenda Resgate é modelar nesse sentido, notadamente pelas características centrais apresentadas na visita guiada: suas pinturas parietais, seu mobiliário (Figuras 3a, 3b e 3c) e a própria edificação, único exemplar do município tombado na esfera federal. O percurso permite adentrar alguns cômodos como a copa, uma sala de estar e a capela, todos ricamente adornados, mas sem muito aprofundamento sobre o sentido representado nas ilustrações observadas ao longo da visita. Escravidão e escravizados não são mencionados, cabendo ao visitante contemplar a beleza e tentar suas ilações. Dono de uma enorme fortuna conquistada com o trabalho escravo, o proprietário desta Fazenda, comendador Aguiar Vallim, utilizou-se de imagens poderosas para o controle dos cativos, incluindo-se aí a pintura de um dos três reis magos - destacando-se Baltasar negro - na capela acoplada à casa sede, acessada pelos escravizados pelo piso inferior, numa clara mensagem de incorporação dos africanos à cristandade e de diálogo direto com seus escravizados.<sup>50</sup> Ficam à margem da narrativa turística todos estes mecanismos de dominação, que vão além do uso exclusivo da força e dos castigos. A

49. Marquese (2010).

50. *Ibid.*, p. 120.

51. Ricoeur (2007, p. 433).

52. De acordo com César e Stigliano (2012, p. 149), na década de 1980 "altera-se a entrada da propriedade pela parte térrea, a antiga senzala, com característica de porão habitado. Esta reforma viabilizou o empreendimento como hotel. Respeitou-se a fachada, embora houvesse uma alteração na entrada principal, que passou a ser pelo porão. Este, internamente, sofreu grandes mudanças, apesar de não ter perdido o aspecto de senzala. A grande intervenção arquitetônica foi a implantação de condições melhores de habitabilidade e a formação de unidades sanitárias na antiga senzala (porão). [...] O Hotel começou a funcionar com cinco suítes, na parte de baixo da casa".

53. Trecho do anúncio da venda da Fazenda Independência disponível em: <https://www.fwbimoveis.com.br/comprar/sp/banana1/centro/fazenda/69304795>.

54. Ricoeur (p. 434).

apresentação simplificada e superficial desta gramática do refinamento que forjou as identidades senhoriais mantém encobertas práticas de dominação que ainda perduram na nossa sociedade.

Em todas as fazendas mencionadas não existem mais senzalas destinadas aos escravizados da lavoura, nem mesmo suas ruínas. Tais *rastros documentais*, quando apagados, podem significar a ameaça de um esquecimento definitivo, e "é contra esse tipo de esquecimento que fazemos trabalhar a memória, a fim de retardar seu curso, e até mesmo imobilizá-lo".<sup>51</sup> Em alguns casos observados, a senzala destinada aos escravizados domésticos se converte em espaço de lazer, como no caso da *Fazenda Independência* (Figura 4), que nos anos 1980 também foi convertida em hotel.<sup>52</sup> Ali, a senzala, que se transformou em um porão para uso dos hóspedes (Figura 4a), e outros equipamentos de lazer instalados na fazenda, como a piscina e a sauna, distanciam o visitante do sentido impresso neste lugar pelos seus usos pregressos. Descansando naquelas antigas senzalas, se ignora quantos dali conseguiram fugir, quais os seus nomes, sua origem, quantas mulheres ali teriam parido seus filhos. Nos últimos anos o hotel foi fechado, e a propriedade foi colocada à venda. No anúncio da agência imobiliária, um curioso texto indica que a fazenda de 1813 "conta com várias passagens históricas importantes como a libertação dos escravos e a independência do Brasil [...] e hoje abriga um belíssimo solar onde toda sua história pode ser apreciada".<sup>53</sup> Assim, não basta manter os registros materiais da escravidão,

é preciso dotar o rastro de uma dimensão semiótica, com valor de signo [...]. Para pensar o rastro, é preciso pensá-lo, simultaneamente, como efeito presente e signo de sua causa ausente. Ora, no rastro material não há alteridade, não há ausência. Nele, tudo é positividade e presença.<sup>54</sup>



Figura 4 – Casa Sede da Fazenda Independência, maio de 2011. Foto: Clarissa Gagliardi.



Figura 4a – Antiga senzala doméstica localizada abaixo do andar térreo da Casa Sede da Fazenda Independência, adaptada para recepção do hotel instalado na propriedade na década de 1980. Atualmente a Fazenda encontra-se à venda. Fotografia. Fonte: disponível no sítio eletrônico da FWB Negócios Imobiliários.

55. Eichsedt e Small (2002).

56. *Ibid.*, p. 126.

57. "I wish we had some [slave cabins]; they would make pretty little bed-and breakfast rooms" (EICHSEDT; SMALL, 2002, p. 129).

58. "Plantation chic'- a framing that stresses romance and relaxation and turns sites of Black suffering into locations for white consumers' pleasure" (EICHSEDT; SMALL, 2002, p. 129-130).

Como notaram Eichsedt e Small,<sup>55</sup> a simples presença de senzalas não garante que a própria senzala ou a escravidão serão discutidos.<sup>56</sup> Estes pesquisadores também se dedicaram a analisar na *plantation museum industry* a conversão de senzalas em *bed-and-breakfast* integrando roteiros "românticos", e destacam que, em alguns casos, proprietários de fazendas convertidas para uso turístico se ressentem por não terem senzalas e lamentam: "seria bom se tivéssemos algumas [senzalas]; dariam ótimos quartos para bed and breakfast".<sup>57</sup> Para os autores, trata-se de "um enquadramento que enfatiza romance e relaxamento, fazendo dos lugares de sofrimento dos negros, locais de prazer para o consumo de brancos".<sup>58</sup>



Figura 5 – Fachada lateral da Casa Sede da Fazenda Loanda, novembro de 2016. Foto: Clarissa Gagliardi.



Figura 5a – Piano produzido na cidade de Leipzig, Alemanha, em 1840. Fotografia disponível no sítio eletrônico da Fazenda Loanda.

Figuras 5b e 5c – Cadeira de arruar e instrumentos utilizados para castigos, expostos na antiga senzala doméstica, novembro de 2016. Foto: Clarissa Gagliardi.



A *Fazenda Loanda* (Figura 5) data de 1790, mas é em 1850 que assume feições neoclássicas e participação na economia cafeeira. Pertenceu a Pedro Ramos Nogueira, intitulado Barão da Joatinga em 1877 e falecido em 1885. Possuiu cerca de 350 escravizados, que, somados àqueles pertencentes ao seu sogro, proprietário da Fazenda Boa Vista, perfazem mais de 1.000 escravizados sob controle desta família. A casa do feitor e a sede estão mantidas, mas a senzala para os escravizados da lavoura já não existe. Como nas demais fazendas mencionadas, as vedetes do itinerário são a galeria de retratos da elite local, seguida da apresentação dos detalhes construtivos e arquitetônicos, do mobiliário sofisticado, dos salões repletos de objetos expostos nas diversas cristaleiras, o gramofone suíço, leques em madrepérola e ouro, escarradeiras de porcelana chinesa, cristais e louças europeias, relógios franceses, móveis entalhados, instrumentos utilizados para os saraus e apresentações musicais, como o piano alemão produzido em Leipzig (Figura 5a). De acordo com informações prestadas pelo proprietário, cerca de metade dos objetos expostos pertenceram ao Barão da Joatinga, aproximadamente um quarto ao comendador Aguiar Vallim, provenientes da Fazenda Bocaina, e o restante foi adquirido de outras fazendas de Bananal. Na antiga senzala dos escravizados domésticos, estão expostos instrumentos utilizados para castigos, uma cadeira de

arruar (Figuras 5b e 5c) e outros objetos que naturalmente marcam a presença dos escravizados e levam o condutor da visita a fazer menção à violência ali praticada e destacar habilidades dos cativos para certas atividades artísticas. Apesar da dedicação do proprietário, responsável pela restauração da fazenda e pela profusão de informações oferecidas sobre o acervo durante a visita que ele próprio guiou, saímos do *tour* sem discutir a escravidão e o papel desta família e suas propriedades na sua manutenção; não há dados sobre a procedências dos escravizados que por ali passaram, quantos formaram famílias, suas origens ou destinos, identidades, características, traços pessoais, detalhes de seus ofícios ou costumes.

Apesar de marcado por um regime escravocrata que deixou rastros mnésicos cujo substrato material mais contundente está nas fazendas com seus terreiros de café, nas senzalas domésticas, nos instrumentos de tortura e nas casas monumentais ricamente adornadas que perduram ainda hoje, o território do Vale Histórico figura no turismo como um conjunto de cidades cortesãs, enquanto mantém obscurecido o caráter escravista que lhes marcou. Caráter impresso sobretudo pelo clã das famílias Almeida-Nogueira-Vallim, proprietários de algumas das fazendas indicadas aqui e considerados os maiores escravistas de Bananal, que por sua vez, foi a cidade do Vale do Paraíba Paulista em que mais se verificou posse e concentração de cativos,<sup>59</sup> potencializada pela estratégia de casamento entre membros das famílias mais abastadas.<sup>60</sup> Estes integrantes da "classe senhorial", como bem analisou Salles, configuraram um território social e simbólico com lugares específicos, dentre os quais, a fazenda e a escravidão, que tudo sustentavam.<sup>61</sup> Vale a pena mencionar a pesquisa de Breno Aparecido Servidone Moreno, que identificou que mais de 77% do total da população cativa de Bananal concentrava-se nas mãos de grandes e megacafeicultores e que somente este último grupo detinha mais de três quintos de toda a escravaria entre 1830 e 1859.<sup>62</sup> Entre 1850 e 1859, sete em cada dez cativos inventariados em Bananal estavam nas unidades produtivas dos megacafeicultores.<sup>63</sup> Esta enorme concentração de cativos nas mãos de fazendeiros, que estão no centro das narrativas aqui analisadas, sustenta a hipótese já bastante estudada de que o comércio das almas colaborou significativamente para constituir as fortunas dos principais cafeicultores de Bananal, ainda hoje higienizada e exibida aos visitantes como riquezas advindas do café, a despeito das evidências sobre o tráfico ilegal de africanos na biografia destes escravistas.<sup>64</sup>

Vale um último exemplo: a criação em 2009 da Associação Roteiros Caminhos da Corte, uma rede de empresários com o propósito de promover a região no mercado de turismo e fazer a interlocução entre a região e as instâncias governamentais. O título da entidade dispensa explicações, tão diretamente alusivo que é à elite cafeeira em detrimento dos demais sujeitos que imprimem identidade

59. Marcondes (2001, p. 18).

60. Marcondes (2001) e Faria (1995).

61. Salles (2008).

62. Breno Aparecido Servidone Moreno analisou inventários de cafeicultores escravistas entre 1830 e 1860 e baseou-se na classificação desenvolvida pelo historiador Ricardo Salles, que ao analisar a posse de cativos em Vassouras, RJ, reuniu os escravistas em cinco grupos, sendo os megaproprietários, senhores de uma centena ou mais de escravizados (MORENO, 2013, p. 92-94).

63. Moreno (2013, p. 103).

64. Os textos da coletânea organizada por Castro e Schnoor, *Resgate: uma janela para o Oitocentos* analisam muito bem as fortunas dos fazendeiros que estão no centro das narrativas turísticas aqui enfocadas. Sobre as evidências da relação dos escravistas de Bananal com o tráfico ilegal de africanos, ver especialmente o texto de Martha Abreu, *O caso do Bracuby*, que trata do desembarque ilegal de cerca de 500 africanos em Angra dos Reis com envolvimento direto de Manoel Aguiar Vallim e Luciano José de Almeida, respectivamente donos das Fazendas Resgate e Boa Vista. Priscila de Lima Alonso também analisa o envolvimento de cafeicultores do Vale do Paraíba no comércio ilegal de escravos em sua pesquisa *O Vale do Ne-fando Comércio: o tráfico de africanos no Vale do Paraíba (1830-1860)*.

65. Apear - Associação une o Vale Histórico e as Serras da Bocaina e da Mantiqueira em um grande projeto de desenvolvimento, com foco no turismo e na valorização de duas raízes. *Valeando*. 16 de março de 2020. Disponível em <https://bit.ly/3LwDf5d> Acesso em: 17 mar.2023.

66. Ribas (1989).

67. Benjamin ([1925] 1987, p. 239).

68. Ricoeur (2007, p. 455).

ao território. Talvez pela dificuldade de sustentar esse rótulo num momento de revisionismo das identidades totalitárias, em 2020, a associação anunciou sua mudança de nome para Apear,<sup>65</sup> agora remetendo ao tropeirismo, um sistema composto de tropas de muares e cavalos que transportava mercadorias pelo Brasil desde o século XVII até o XX, tendo sido marcante na origem de algumas cidades do Vale Histórico, e que também envolvia o trabalho de negros escravizados em tropas de fazendeiros de café dessa região, conforme analisou Ribas.<sup>66</sup> Ou seja, não obstante a presença do negro ter sido marcante também no tropeirismo, a inclusão destes sujeitos não fez parte do "novo planejamento estratégico" desenhado para a Apear. Muda-se o nome, mas não o padrão de exclusão do negro da paisagem social.

## CONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS TURÍSTICAS: CONTRAPONTO E PERMANÊNCIAS

Em "Escavando e recordando", Benjamin alude a uma metáfora arqueológica representativa dessa fronteira borrada entre a história e uma memória, que, para ele,

é o meio onde se deu a vivência, assim como o solo é o meio no qual as antigas cidades estão soterradas. Quem pretende se aproximar do próprio passado soterrado deve agir como um homem que escava. Antes de tudo, não deve temer voltar sempre ao mesmo fato, espalhá-lo como se espalha a terra, revolvê-lo como se revolve o solo. Pois fatos nada mais são além de camadas que apenas à exploração mais cuidadosa entregam aquilo que recompensa a escavação.<sup>67</sup>

Como se depreende da amostra observada, a resistência da sociedade em escavar para se compreender e para que se revelem significados ocultos nos suportes culturais que sustentam seu turismo indica tanto que os "esquecimentos" ali são um recorte deliberado, na medida em que é a história oficial contada da perspectiva de quem enriqueceu com o café que subsidia as narrativas turísticas, quanto um recalque, porque seu passado escravista representa uma ferida não cicatrizada, um trauma, e seu reconhecimento social e político é ainda incipiente no país.

Ricoeur lembra que o desapossamento dos atores sociais de seu poder originário de narrarem a si mesmo "não existe sem uma cumplicidade secreta, que faz do esquecimento um comportamento semipassivo e semi-ativo [...] motivado por uma obscura vontade de não se informar, de não investigar o mal cometido [...], em suma por um querer-não-saber".<sup>68</sup> Nesse sentido, são encorajadoras as experiências

analisadas por Benjamin e Alderman<sup>69</sup> na Carolina do Norte, nas quais o uso de registros de história oral de ex-escravizados têm gerado impacto positivo no debate sobre a escravidão por parte dos visitantes de sítios históricos do sul dos EUA. Esse trabalho restaurativo de contranarrativas contra a supremacia branca, que vêm sendo construído paulatinamente nos EUA, é observado também por Schumann III, Potter e Cook, destacando sua contribuição para se avançar na equidade racial no turismo e "amplificar as vozes marginalizadas nos museus afroamericanos".<sup>70</sup> Iniciativas como *An Ethical Guide to Plantation Tours*,<sup>71</sup> que se dispõe a ajudar viajantes a identificar passeios que combatem o racismo com ações educativas no circuito das *plantations*, confirmam essa vertente antirracista nos agentes difusores do turismo no sul dos EUA. Na porção fluminense do Vale do Paraíba, merece destaque o projeto *Passados Presentes: memória da escravidão no Brasil*, coordenado por Hebe Mattos, Martha Abreu e Keila Grinberg, que, entre outros resultados, produziu roteiros de turismo de memória em parceria com descendentes da última geração de africanos escravizados no Brasil.<sup>72</sup> Como assinalam Benjamin e Alderman, esse tipo de "trabalho de memória" não serve apenas à rememoração, mas para fins educativos e para a construção de autoestima e fortalecimento da capacidade social e política das comunidades marginalizadas.<sup>73</sup>

Assim como no caso dos conteúdos analisados por Eichsedt e Small,<sup>74</sup> esta lógica narrativa parcial e encobridora da escravidão que perdura em sítios turísticos no Vale Histórico não parece estar apoiada em uma intenção previamente calculada ou dissimulada por parte dos profissionais treinados para apresentar estes espaços aos turistas, mas trata-se de um padrão narrativo que impede que se compreenda mais profundamente o que foi a escravidão, como ela se instala e perdura tanto tempo, bem como as estratégias de sobrevivência e resistência cultural dos escravizados.

Entre "usos e abusos da memória", Ricoeur<sup>75</sup> fala da "memória manipulada", de esquecimento menos profundo, tanto passiva, porque fruto do déficit de trabalho de memória, quanto ativa, porque aciona estratégias de fuga e esquiva. Trata-se de um conceito oportuno para enquadrarmos o não reconhecimento dos custos da escravidão para o presente, a esquiva da responsabilidade e do reconhecimento necessário para a reparação, além do "esquecimento comandado", forma institucional de esquecimento capaz de operar magicamente "como se nada tivesse acontecido", em lugar de uma salutar "crise de identidade que possibilita uma reapropriação lúcida do passado e de sua carga traumática".<sup>76</sup>

As narrativas sobre os ciclos econômicos baseados no regime escravocrata presentes na memória coletiva, em geral, invisibilizam a violência e higienizam a história. Ricoeur nota que nesta "memória manipulada" atuam os recursos de variação

69. Alderman (2017).

70. Schumann III, Potter & Cook (2021, p. 305).

71. AN ETHICAL GUIDE TO PLANTATION TOURS. Disponível em <http://bit.ly/3mYHHzo> Acesso em: 20 fevereiro 2023.

72. PASSADOS PRESENTES. Disponível em <http://bit.ly/42xDaED> Acesso em: 20 fev. 2023.

73. Benjamin & Alderman (2017, p. 273).

74. Eichsedt & Small (2002).

75. Ricoeur (2007).

76. *Ibid* (p. 452-462).

77. *Ibid* (p.455).

78. Faria (1995); Motta (1999).

79. Ricoeur (2007, p. 455).

80. Detalhes deste processo podem ser conferidos nas matérias do *Intercept*, disponíveis em <https://bit.ly/43ULsWI> e <https://bit.ly/3qDGyij>. Para detalhes da posse de escravos em Vassouras, RJ, um dos maiores municípios produtores de café do século XIX e região de *plantation* escravista como Bananal, ver Salles: *E o vale era o escravo: Vassouras, século XIX: senhores e escravos no coração do Império*.

81. Mattos, Abreu e Guran (2014).

oferecidos pelo trabalho de configuração narrativa, no qual se maneja a história oficial, impondo-se uma narrativa canônica.<sup>77</sup> No caso do Vale Histórico, grandes fortunas acumuladas por meio de tráfico ilegal de escravizados ainda se apresentam como ganhos com a comercialização de café, não obstante historiadores já terem trazido à tona evidências da acumulação de riquezas com o comércio das almas, muito além do comércio de café.<sup>78</sup> Percebe-se que os "usos e abusos" das memórias por parte de agentes do mercado e do planejamento do turismo local, além de transcorrerem na contramão da tendência mundial pela revisão das atrocidades dos regimes colonialistas, ao fim e ao cabo, inviabilizam o próprio desenvolvimento sustentável do turismo na medida em que excluem do seu portfólio a interpretação profunda de todos aqueles bens materiais e imateriais que constituem os gatilhos para que se rememorem fatos e se compreenda a produção do lugar visitado a partir de perspectivas plurais. A forma como o sistema de turismo local e os gestores públicos se organizam para definir suas estratégias de desenvolvimento, excluindo parcelas das comunidades dos processos de seleção e interpretação do patrimônio que serve de subsídio às narrativas turísticas, somada à relação calculada que se estabelece com o passado, têm contribuído para dificultar a emancipação daquela sociedade, ao cercear sua autonomia na condução dos processos de reconhecimento, apropriação e difusão do seu legado cultural. Este manejo da história caracteriza, pois, aquele desapossamento dos atores sociais de seu poder de narrarem a si mesmos de que nos fala Ricoeur.<sup>79</sup> Programas de visitação turística no chamado Vale do Café, na porção fluminense do Vale do Paraíba, têm sido questionados por sua abordagem saudosista, apoiada em recursos de ambientação histórica que recompõem cenários de escravização para entreter de forma acrítica. Em 2017 o Ministério Público do Rio de Janeiro apurou violação de direitos fundamentais na programação turística da Fazenda Santa Eufrásia, na cidade de Vassouras, em função da apologia à discriminação racial expressa na forma como a proprietária apresentava sua fazenda aos turistas, com encenações que reproduziam o período escravocrata, inclusive com mulheres negras vestidas de mucamas servindo os visitantes.<sup>80</sup>

Em setembro de 1994, a Unesco lançou o projeto *Rota do Escravo: resistência, liberdade, herança*, que só impactaria o Brasil cerca de vinte anos depois do seu lançamento, com a realização do *Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil*.<sup>81</sup> A iniciativa tem contribuído, por um lado, para dar visibilidade aos modos como a escravidão foi operada e as consequências dessa tragédia humana e, por outro, para se compreender as interações e heranças culturais oriundas destes processos históricos. Entre seus desdobramentos, estão ações de valorização das manifestações

culturais da diáspora africana por meio do turismo cultural, reforçando a hipótese aqui levantada a respeito das potencialidades dessa atividade para promover o legado dos negros escravizados, colaborando para a pluralização da interpretação dos seus lugares de memória. Em 1995, a Declaração de Accra<sup>82</sup> reuniu Unesco e OMT para manifestar ampla disposição e assessoramento para reabilitar, restaurar e promover o patrimônio legado pelos escravizados para fins de turismo cultural, recomendando, entre outros, a realização de inventários de monumentos e arquivos relacionados à memória da escravidão e a qualificação da atividade turística nacional e internacional. Ainda no âmbito do projeto *Rota do Escravo*, foi lançado, em 2018, um *Guia Destinado aos Gestores de Sítios e Itinerários de Memória*,<sup>83</sup> o que reforça o entendimento de que itinerários turísticos podem contribuir para gerar conscientização sobre as questões éticas impregnadas nos espaços históricos relacionados à escravidão.

Todavia, os depoimentos coletados com profissionais negros atuantes no afroturismo revelam que sua incursão no Vale Histórico ainda se mostra difícil, sobretudo por serem lugares que ficaram cristalizados na memória coletiva como herança da elite cafeeira. Se considerarmos textos e percursos que basearam a mediação das visitas realizadas na Fazenda dos Coqueiros e na Fazenda Loanda, feita pelos proprietários que se dedicam pessoalmente à gestão dos espaços, ou mesmo a recepção oferecida nas Fazendas Independência, Boa Vista e Resgate, feita por profissionais sem treinamento específico para oferecerem uma mediação crítica dos espaços visitados, pode-se inferir que a herança da elite cafeeira se mantém hegemônica nas narrativas voltadas aos turistas.<sup>84</sup> Assim como Eichstedt e Small observaram diferenças significativas nas visitas guiadas pelas *plantations* norte-americanas convertidas para uso turístico e administradas por brancos, ou "centradas nos brancos", quando comparadas àquelas em que os gestores são negros, talvez a ausência de negros e/ou brancos imbuídos do "dever de memória" e munidos de fontes e abordagens dedicadas à reparação, torne ainda difícil a revisão das narrativas sobre a região aqui enfocada. Mesmo a proposta de releitura destes lugares a partir do protagonismo negro nas construções, no domínio de ofícios e saberes, na liberdade cultural, mesmo com seus corpos escravizados, são narrativas indesejadas e rejeitadas, porque invertem a posição de vencidos e vencedores. São reminiscências em disputa porque dotadas de um poder simbólico capaz de

fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto, o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força.<sup>85</sup>

82. Unesco. Declaração de Accra.

83. Unesco. Legados da Escravidão.

84. A proprietária da Fazenda dos Coqueiros que nos recebeu para a visita guiada era branca, psicoterapeuta e veio a falecer alguns anos após esta pesquisa. As visitas à Fazenda continuaram e agora dispõem de um guia especializado, como se pode observar nos vídeos de turistas que tornam públicas na internet suas visitas recentes à região, conforme mencionado na nota 40. O proprietário da Fazenda Loanda que nos ofereceu a visita guiada é médico aposentado, também branco. Os profissionais que nos receberam nas outras propriedades à época da pesquisa não ofereceram monitoria especializada e eram funcionários dedicados à gestão das atividades de rotina dos estabelecimentos. Aproveito para agradecer aos proprietários das fazendas visitadas, seus familiares e funcionários, que gentilmente cederam imagens e informações para este artigo.

85. Bourdieu (1989, p. 14).

86. Em duas declarações recentes, o novo presidente da Embratur, Marcelo Freixo, manifestou seu apreço pelo afroturismo, destacando a potência dos estados do Rio de Janeiro e Bahia para promover o Brasil neste segmento. Embratur (2023) e Panrotas (2023).

87. Sharon Macdonald (2009).

88. Tunbridge e Ashworth (1996).

Iniciativas difusas pelo Brasil se entrecruzam, auxiliadas pela conectividade das plataformas digitais, dando cada vez mais visibilidade e gerando interesse por uma experiência alternativa e mais plural que, relatam os entrevistados, ainda atrai mais o visitante estrangeiro e menos o próprio brasileiro. De acordo com seus depoimentos, trata-se de um movimento recente, que associa empreendedorismo e militância e atua a contrapelo, nas brechas deixadas por um mercado que se fechou para as referências culturais de matriz africana. O reconhecimento do patrimônio da escravidão na zona portuária da cidade do Rio de Janeiro e iniciativas de se nomear lugares de memória negra na cidade de São Paulo, duas cidades de peso no circuito cultural, ajudam a projetar o afroturismo em escala nacional.<sup>86</sup> Nesse sentido, parece profícuo dar visibilidade e ressignificar a rota intensamente percorrida pelos negros africanos escravizados desde o litoral fluminense, onde desembarcavam, até alcançarem as fazendas do Vale Histórico, caminhando serra acima. A materialidade destes percursos e seu tratamento como itinerário cultural pode colaborar para amplificar as vozes marginalizadas nas narrativas que ainda predominam no turismo deste lugar.

Como últimas considerações, fica evidente que o tema do enfrentamento das "heranças difíceis",<sup>87</sup> ainda é pouco atraente aos gestores públicos e empresários do ramo turístico. O contexto das ações afirmativas, a organização do movimento negro em várias frentes e ações, que visam reparar os danos históricos à guisa de justiça no Brasil e no mundo, vêm ganhando espaço na sociedade e reverberando paulatinamente neste mercado. Reconhecimentos oficiais de bens patrimoniais associados à memória dos negros escravizados têm evidenciado nos últimos anos a relevância deste tema e encorajado alguns empreendedores e organizações da sociedade civil a configurar novos espaços de representação para inscrever na história pessoas que a sociedade aprendeu a esquecer. A despeito das conotações embaraçosas que possam gerar as narrativas que buscam o reconhecimento público de legados "dissonantes",<sup>88</sup> urge abrir espaço para a inscrição deste passado na interpretação dos lugares tendo em vista uma cultura de memória crítica capaz de significar mais um impulso contra a ameaça do esquecimento.

## REFERÊNCIAS

### LIVROS, ARTIGOS E TESES

ALDERMAN, Derek Hilton. The racialized and violent biopolitics of mobility in the USA: an agenda for tourism geographies. *Tourism Geographies*, London, v. 20, n. 4, p. 717-720. 2018.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. O pecado original da sociedade e da ordem jurídica brasileira. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 87, 2010.

ALONSO, Priscila de Lima. O vale do nefando comércio: o tráfico de africanos no Vale do Paraíba (1830-1860). 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

ARAÚJO, Ana Lúcia. Afterword: ghosts of slavery. *International Review of Social History*, Cambridge, v. 65, p. 225-236, 2020.

ASHWORTH, G. J.; TUNDBRIDGE, J. E. *The tourist-historic city: retrospect and prospect of managing the heritage city*. London: Pergamon e Elsevier Science, 2000.

ASSMANN, Jan; ASSMANN, Aleida. Cultural memory: the link between past, present, and future. *Institute of Advanced Studies of the University of São Paulo*, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://bit.ly/3Tcnnqd>. Acesso em: 26 mar. 2021.

BENJAMIN, Stefanie; ALDERMAN, Derek. Performing a different narrative: museum theater and the memory-work of producing and managing slavery heritage at southern plantation museums. *International Journal of Heritage Studies*, London, v. 24, n. 3, p. 270-282, 2017.

BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única: obras escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BOURDIEU, Pierre. *Raisons pratiques: sur la théorie de l'action*. Paris: Seuil, 1994.

BRIGHT, Candace Forbes *et al.* The local role of southern tourism plantations in defining a larger southern regional identity as reflected in tourists'surveys. *Geographical Review*, London, v. 110, n. 3, p. 270-298, 2020.

CASTRO, Hebe Maria Mattos; SCHNOOR, Eduardo (org.). *Resgate: uma janela para o Oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

CÉSAR, Pedro de Alcântara Bittencourt; STIGLIANO, Beatriz Veroneze. Patrimônio rural e sua relação entre o local e o visitante: um estudo de Bananal (SP). *Rosa dos Ventos* 2012, Caxias do Sul, v. 4, n. 2, p. 136-157. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3WXODLa>. Acesso em: 10 jun. 2023.

DEVIDE, Antonio Carlos Pries *et al.* História ambiental do Vale do Paraíba paulista, Brasil. *Revista Biociências*, Taubaté, v. 20, n. 1, p. 12-29, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3oQH2l5>. Acesso em: 11 jun. 2023.

EICHSTEDTAND, Jennifer L.; SMALL, Stephen. *Representations of slavery: race and ideology in southern plantation museums*. Washington, DC: Smithsonian Institution Press, 2002.

FARIA, Sheila Siqueira de Castro. Fortuna e família em Bananal no século XIX. In: MATTOS, Hebe Maria; SCHNOOR, Eduardo (org.). *Resgate: uma janela para o Oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

GAGLIARDI, Clarissa Maria Rosa. *As cidades do meu tempo: turismo, história e patrimônio em Bananal*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2011.

GAGLIARDI, Clarissa Maria Rosa. *Turismo no vale histórico paulista: debatendo experiências integradas de ensino, pesquisa e extensão*. São Paulo: ECA-USP, 2021.

HUYSSSEN, Andreas. Present pasts: media, politics, amnesia. *Public Culture*, Duke, v. 12, n. 1, p. 21-38, 2000.

IBGE. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua: Pnad Contínua*. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

LEMONS, Carlos Alberto Cerqueira. *Casa Paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café*. São Paulo: Edusp, 1999.

MACDONALD, Sharon. *Difficult heritage: negotiating the nazi past in Nuremberg and beyond*. London: Routledge, 2009.

MARCONDES, Renato Leite. A propriedade escrava no Vale do Paraíba Paulista durante a década de 1870. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 29., 2001, Salvador. Anais [...]. São Paulo: Anpec, 2001. Disponível em: <https://bit.ly/3l63Knp>. Acesso em: 20 mar. 2021.

MARQUESE, Rafael de Bivar. O Vale do Paraíba cafeeiro e o regime visual da segunda escravidão: o caso da fazenda Resgate. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 83-128, 2010.

MARQUESE, Rafael de Bivar. Moradia escrava na era do tráfico ilegal: senzalas rurais no Brasil e em Cuba, c. 1830-1860. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 13, n. 2. p. 165-188, 2005.

MATTOS, Hebe; ABREU, Martha. Remanescentes das comunidades dos quilombos: memória do cativo, patrimônio cultural e direito à reparação. *Habitus*, Goiânia, v. 7, n. 1-2, p. 265-288, 2009.

MATTOS, Hebe; ABREU, Martha e Guran, Milton. Por uma história pública dos africanos escravizados no Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 54, p. 255-273, 2014.

MODLIN JR., E. Arnold; ALDERMAN, Derek H.; GENTRY, Glenn W. Tour guides as creators of empathy: the role of affective inequality in marginalizing the enslaved at plantation house museums. *Tourist Studies*, New York, v. 11, n. 1, p. 3-19, 2011.

MORENO, Breno Aparecido Servidone. Demografia e trabalho escravo nas propriedades cafeiras de Bananal, 1830-1960. 2013. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: Fapesp, 1999.

NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1997.

OLICK, Jeffrey K.; ROBBINS, Joyce. Social memory studies: from "collective memory" to the historical sociology of mnemonic practices. *Annual Review of Sociology*, [s. l.], v. 24, p. 105-140, 1998.

OLIVEIRA, Cecília. Fazenda "sem racismo" faz acordo com Ministério Público para evitar punição. *The Intercept Brasil*, São Paulo, 9 maio 2017. Disponível em <https://bit.ly/3qDGyij> Acesso em: 11 jun. 2023.

OLIVEIRA, Cecília. Turistas podem ser escravocratas por um dia em "fazenda sem racismo". *The Intercept Brasil*, São Paulo, 6 dez. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/43ULsWI>. Acesso em: 11 jun. 2023.

PANROTAS. Qual o rumo da Embratur sob comando de Freixo? *Panrotas*, [s. l.], 9 fev. 2023. Disponível em: <http://bit.ly/427fKpb>. Acesso em: 20 fev. 2023.

REVISTA FAPESP. Humanidades. Patrimônio Arquitetônico. v. 233, jul. 2015. Disponível em: <http://bit.ly/3TeJUCJ>. Acesso em: 22 fev. 2023.

RIBAS, Rogério de Oliveira. *Tropeirismo e escravidão: um estudo das tropas de café das lavouras de Vassouras, 1840-1888*. 1989. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1989.

RICHARDS, Greg. Cultural tourism: a review of recent research and trends. *Journal of Hospitality and Tourism Management*, Amsterdam, v. 36, p. 12-21, 2018.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROEDIGER, Henry L.; WERTSCH, James V. Creating a new discipline of memory studies. *Memory Studies*, New York, v. 1, p. 9-22, 2008.

SALES, Ricardo. *E o vale era o escravo: Vassouras, século XIX: senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SAMPER, Mario; RADIN Fernando. Appendix: historical statistics of coffee production and trade from 1700 to 1960. In: TOPIK, Steven; CLARENCE-SMITH, William Gervase (ed.). *The global coffee economy in Africa, Asia and Latin America, 1500-1989*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p. 411-462.

SANTOS, Marco Aurélio. *Geografia da escravidão na crise do Império: Bananal, 1850-1888*. 2014. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SCHUMANN III, Ronald L.; POTTER, Amy E.; COOK, Matthew R. "The South Got Something to Say": resilient remembering amid uncertain futures. *Southeastern Geographer*, Michigan, v. 61, n. 4, p. 303-321, 2021.

TUNBRIDGE, John E.; ASHWORTH, Gregory John. *Dissonant HERITAGE: the management of the past as a resource in conflict*. London: Belhaven, 1996.

Artigo apresentado em: 17/03/2023. Aprovado em: 30/06/2023.



All the contents of this journal, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution License